

( ) Graduação (X) Pós-Graduação

## ACÇÕES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UMA ANÁLISE LEXICAL

**Waltecir Cardoso Pereira**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
waltecirpereira@hotmail.com

**Carlos Busón Buesa**  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
cbuson@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender como as universidades federais tem contribuído para o desenvolvimento regional, por meio da realização de uma revisão bibliográfica sistemática, do tipo integrativa, das publicações sobre as ações destas instituições em prol do desenvolvimento regional, e da aplicação de uma análise lexical, utilizando o software Iramuteq. A pesquisa das publicações foi realizada no portal de periódicos CAPES, no período de janeiro a maio de 2021. O referencial teórico tem início com o desenvolvimento regional e a educação superior, marcando a discussão da participação do ensino superior público no desenvolvimento das regiões. O texto segue com a universidade federal no contexto do desenvolvimento, sob as ênfases da criação e papel das universidades públicas, e a expansão de universidades federais no Brasil. A análise e discussão dos resultados apresenta a ações das universidades públicas em prol do desenvolvimento regional, e análise lexical do tipo nuvem de palavras, com material (*corpus*) captado no levantamento realizado, denotando que as universidades federais promovem desenvolvimento por meio de variadas ações de encadeamentos produtivos para trás e para frente, das quais destacam-se a interação universidade-empresa; inovação; pesquisas aplicadas; produção científica voltada ao mercado; e ações de extensão universitária.

**Palavras-Chave:** Universidade federal; desenvolvimento regional; Análise Textual; Iramuteq

## 1. INTRODUÇÃO

A universidade é uma das instituições sociais que acompanhou a complexidade da sociedade contemporânea, tornando-se complexa, multifuncional, com difícil definição das suas especificidades e inserida em um campo formado por diferentes interesses (SILVA, 2003). Na atualidade é uma instituição de fundamental importância por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação de nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura (MORAES, 2000).

A universidade, na condição de instituição com função crítica e transformadora nas relações de desenvolvimento econômico e tecnológico portanto um dos atores de relevância no processo de desenvolvimento local e regional, haja vista atrair outras forças propulsoras de investimentos capazes de desencadear o crescimento econômico e viabilizar o desenvolvimento da região, criando novas necessidades, fomentando empreendimentos e vinculando-se ao setor produtivo (MORAES, 2000; THERRIEN; CARTAXO, 1980).

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral compreender como as universidades federais contribuem para o desenvolvimento regional, por meio da realização de uma revisão bibliográfica sistemática e de análise lexical através do software Iramuteq.

A pesquisa além desta introdução está estruturada em quatro partes: a segunda seção realiza debate entre o desenvolvimento e as teorias do desenvolvimento regional. A terceira seção fornece o contexto e a correlação entre desenvolvimento regional e a educação superior. A quarta seção descreve as universidades federais no contexto do desenvolvimento. A quinta seção detalha o desenvolvimento mediado pelas universidades federais. E por fim são tecidas as considerações finais sobre o trabalho.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Desde o século XIX, ancorada na primeira revolução industrial, a educação superior promovida pelas IES, tem sua importância amplamente reconhecida por sua atuação em funções básicas de cunho acadêmico, científico e tecnológico para as transformações centrais na sociedade (VIEIRA, 2017). A emergência então, por novas técnicas e tecnologia, demarcou um campo de atuação para as IES, voltado ao desenvolvimento industrial em voga (HIRSCH,

2010).

Bruno (2011) imprime consistência à contribuição inicial das IES para o desenvolvimento industrial, quando argumenta que os sistemas nacionais de educação foram criados a partir de modelos burocráticos vigentes, inspirados de início, na teoria clássica da administração (surgida após a primeira revolução industrial) para, em seguida, serem reorganizados ao longo do século XX, tendo como referência os sucessivos modelos de gestão e administração empresarial, denotando desde então, a importância da relação da universidade com o setor produtivo.

A contribuição das IES para o desenvolvimento não cessou desde a primeira revolução industrial, sendo ampliado com o passar do tempo, à medida que o progresso técnico foi intensificado e passou a penetrar em todas as áreas das atividades humanas, até culminar no que tem sido denominado atualmente de economia do conhecimento (HIRSCH, 2010).

As universidades possuem uma função humanista, e transformadora nas relações de desenvolvimento econômico e tecnológico nas regiões em que estão inseridas. Assim, essas instituições, podem assumir papel de promotoras no processo de desenvolvimento local e regional. Isto se deve a sua alta capacidade de lidar com a complexidade e ao fato de terem condições de gerar integração para processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento (MATHIS, 2001; BARROS; BILESSIMO; D'AVILA, 2016).

De acordo com Lima e Simões (2010), no período compreendido entre o término da segunda guerra mundial e o final da década de 1970, o Brasil apostou em políticas de desenvolvimento baseadas no conceito de polo de crescimento e na dinâmica de atração de investimentos supostamente dotados de grande poder de irradiação.

O Brasil, de forma tardia, quando comparado com Inglaterra ou Estados Unidos, implementou um processo de desenvolvimento industrial, após o término da Segunda Guerra Mundial, baseado na forte atuação do Estado, na implementação de políticas públicas. Políticas públicas, das quais fez parte a criação de universidades públicas, visando subsidiar, com profissionais qualificados, ciência e tecnologia, o desenvolvimento industrial pretendido. A universidade então como produtora de conhecimento, pesquisa, e tecnologia despontava como uma das instituições vedoras do desenvolvimento.

Após essa etapa inicial de políticas governamentais voltadas a implementação de uma universidade com funções diretas no processo de desenvolvimento industrial, em anos recentes, mais especificamente a partir da década de 1990, as funções das IES vieram a ser reavaliadas

sob uma perspectiva territorial, tanto por profissionais da academia quanto por gestores públicos, suscitando estudos e projetos de pesquisas internacionais, com a finalidade de examinar mais detalhadamente a influência e o impacto do sistema de ensino superior para o desenvolvimento regional (VIEIRA, 2017).

O objetivo dessa reavaliação por parte da academia e dos governos, tem se voltado a estabelecer um quadro teórico e empírico mais compreensivo, visando subsidiar a formulação de políticas públicas endereçadas, principalmente, a mobilizar as IES a favor das áreas geográficas nas quais estão sediadas e, assim, contribuir para a redução das desigualdades econômicas regionais (VIEIRA, 2017).

Neste novo horizonte, as universidades contribuem diretamente, a médio e longo prazo para a qualificação de mão de obra, configurando-se como promotoras da oferta de serviços qualificados, que poderiam não existir sem a oferta de ensino superior. Da mesma forma, sua contribuição curto, médio e longo prazo, como instituição responsável pelo ensino, pesquisa e extensão e promoção social denota seu papel estratégico no processo de desenvolvimento. (OLIVEIRA JR, 2014).

Segundo Mille (2004), as IES contribuem para o desenvolvimento de seus territórios, por meio de dois tipos de impactos básicos: o primeiro deles diz respeito aos fluxos financeiros e monetários originados naturalmente pelos dispêndios diretos das IES, envolvendo tanto o consumo de seus estudantes e profissionais quanto aos gastos de custeio e de investimento efetuados na aquisição de bens e contratação de serviços, gerando ‘encadeamentos para trás’ (*backward linkages*), que influenciam a demanda efetiva local, com desdobramentos para as famílias, governo e empresas.

O segundo impacto refere-se às atividades finalísticas da IES: a produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico, por meio do ensino e da pesquisa, gerando os ‘encadeamentos para frente’ (*foward linkages*), que podem a longo prazo, transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região. As transformações seriam principalmente: no aprimoramento do nível de qualificação profissional das pessoas; na transmissão de conhecimento da IES para o setor produtivo; e na maior atratividade do local, para indivíduos e para empresas (MILLE, 2004).

Para Vieira (2017), os encadeamentos para trás são normalmente esperados, tanto de uma IES que se instala na região, quanto de qualquer outra atividade econômica que crie fluxos monetários e financeiros com multiplicadores positivos. Já os encadeamentos para frente considerados de maior complexidade e relevância para o desenvolvimento, consistem naqueles

que estão direta e estreitamente relacionados às atividades inerentes das IES, como a qualificação de força de trabalho; infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento; e processos propícios à inovação.

Em reforço ao que foi apregoado por Mille (2004), Vieira (2017, p. 282) argumenta que os encadeamentos para frente a longo prazo, afetam a região de forma gradual e acumulativa, “fixando condições promissoras para um ciclo prolongado e autorreforçador de desenvolvimento econômico e social da região”. Para o autor os encadeamentos para frente ainda podem extrapolar os campos do ensino e da pesquisa, adentrando também a dimensão cultural, por meio de ações extensionistas, capazes de alavancar atividades culturais da região e levar progresso a pessoas e comunidades que não estão diretamente relacionadas à universidade.

Assim, a política nacional de democratização do ensino superior instrumentalizada por meio das universidades federais, contribui direta e indiretamente para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares, seja por meio de aumento de fluxos financeiros na economia local, atração de novos negócios e investimentos, ou pela produção e disseminação de pesquisa aplicada, tecnologias e inovação.

## 2.2. UNIVERSIDADES FEDERAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

Nessa seção, a discussão sobre as universidades federais no contexto do desenvolvimento está organizada a partir de duas ênfases: (i) a criação das universidades públicas; (ii) expansão de universidades federais no Brasil.

No Brasil, foram criadas as duas primeiras universidades públicas no início do século XX. Em 1912, a Universidade do Paraná, como universidade estadual, e em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira instituição universitária criada pelo governo federal (FAVERO, 2006).

A partir dos anos 1930, o projeto de modernização econômica em voga no país, associado, a “formação de bases intelectuais e de uma mão de obra qualificada que fosse capaz de contribuir para o desenvolvimento industrial do país”, faz ressurgir a preocupação com um projeto universitário (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, p. 3). Diante da necessidade de construção de um Brasil industrial moderno, é criada em 1934, a Universidade de São Paulo; e em 1935, a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

Compreendendo a universidade como importante vetor para o desenvolvimento nacional, nas décadas de 1950 e 1960 são criadas as universidades federais nas capitais dos

seguintes estados: Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná na década de 1950; Goiás, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, e Santa Catarina no ano de 1960 (MARTINS, 2009).

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram mudanças substanciais na estrutura do ensino superior brasileiro. Com a modernização das universidades federais, foram criadas condições propícias para articulação das atividades de ensino e de pesquisa, iniciando um processo de diversificação das atividades finalísticas da universidade, deixando de ter papel exclusivo de atuação no ensino. A partir de então, as universidades além de ensinar o saber-fazer técnico-científico, também realizavam pesquisas (MARTINS, 2009).

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 seguiu-se a criação de novas universidades federais, tendo sido criadas 22 novas instituições, de 1961 a 1990. Instituições estas que não estavam localizadas somente em capitais, mas também em outras cidades, iniciando uma marcha de desenvolvimento rumo ao interior (MEC, 2020). Sampaio (1991) destaca que essa expansão inicial do ensino multiplicou as vagas existentes nas universidades brasileiras, saltando de 93.902 matriculados em 1960, para 1.345.000 em 1980.

A partir da década de 1980 até o final da década de 1990, a criação de universidades federais sofre um arrefecimento, sendo que neste lapso de 20 anos são criadas apenas 6 instituições federais de ensino superior, das quais 5 em unidades da federação que ainda não contavam com universidade federal (MEC, 2020).

Consequência da redução drástica da expansão do ensino terciário, por meio da estagnação da rede federal de ensino superior, pode ser visualizada em números. Durante toda a década de 1980, a taxa de crescimento médio anual de IES públicas foi de 0,96%, enquanto que o total de matrículas teve taxa de crescimento médio anual de 1,73%, elevando o total de matrículas de 1.345.000 em 1980, para apenas 1.540.080 em 1990 (BORTOLANZA, 2017; INEP, 2021).

Na década de 1990, já com a vigência de políticas neoliberais, e a adoção de um modelo de administração gerencial pelo governo brasileiro, ocorre um enfraquecimento do sistema público de ensino superior, e início do fortalecimento do ensino superior privado, visto que a taxa de crescimento médio anual do número de IES públicas na década é de -1,44%, enquanto que a mesma taxa para IES privadas é de 2,66% (INEP, 2021).

Na contramão da vigência e permanência das políticas neoliberais, que passaram a considerar a educação superior um serviço não exclusivo, nos anos 2000, mais especificamente a partir de 2002, têm início uma expansão de universidades federais. Em um período de tempo de 4 anos, compreendido de 2002 a 2005, foram criadas 13 universidades federais no interior

dos estados de Minas Gerais, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, e Bahia (MEC, 2020).

A expansão do ensino superior público federal seguiu-se, com a criação de 15 universidades federais no período de 2006 a 2018. As novas universidades foram criadas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí (MEC, 2020).

Para Tischer e Rocha (2019, p. 2), essa expansão representa um novo modelo de implantação de universidades federais, diferente daquele até então concentrado nas capitais de estados e em municípios-polos regionais, assumindo o papel de “protagonizar desenhos institucionais multicampi, interestaduais, de integração regional e internacional, com missão institucional do desenvolvimento regional”. O lócus dessas novas instituições passa a ser cidades pequenas e médias, que agora abrigam vagas de ensino superior público em áreas estratégicas, como licenciaturas, engenharias, ciências agrárias e da saúde.

No início de 2018, das 63 universidades federais existentes, 31 delas não estavam presentes em capitais, isto é, 49,21% das universidades encontravam-se interiorizadas. No final de 2018, com a criação de mais 5 universidades federais, todas em cidades do interior, a rede agora, com um total de 68 instituições, tem 36 delas fora das capitais, isto é, 52,94% da rede encontra-se interiorizada na atualidade (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016; MEC, 2020).

Na década de 2000, a taxa média anual de crescimento de IES públicas foi de 3,36%, e o crescimento médio anual do total de matrículas para o mesmo período é de 4,35%. De um total de 5.449.120 matrículas no ano de 2010, 1.461.696 eram de IES públicas. A expansão também está representada em números, no período de 2010 a 2019, quando a taxa média anual de crescimento de IES públicas foi de 7,95%, e o crescimento médio anual do total de matrículas foi de 4,70% para o período. De um total de 8.603.824 matrículas no ano de 2019, 2.080.146 eram de IES públicas (INEP, 2020).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcance do objetivo proposto, este estudo realizou uma revisão sistemática das publicações sobre as ações das universidades federais em prol do desenvolvimento regional. Esta revisão é definida como uma “síntese de estudos primários que contem objetivos, materiais e métodos claramente explicitados, e que foi conduzida de acordo com uma metodologia clara e reprodutível” (GREENHALGH, 1997 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 123).

Na revisão bibliográfica sistemática proposta, será utilizada revisão do tipo integrativa, por ser o “método de pesquisa que objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127). A revisão integrativa pretende apresentar o estado da arte sobre os temas propostos, e incluir na pesquisa artigos científicos de diferentes metodologias (WHITEMORE; KNAFL, 2005 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Foi realizado levantamento, sem recorte temporal, das publicações disponíveis no portal de periódicos CAPES, no período de janeiro a julho de 2021, por meio de busca, utilizando as seguintes expressões de forma combinada: “universidade federal” e “desenvolvimento regional”. A busca retornou a 2.537 resultados.

A partir do retorno de 2.537 resultados, como produto bruto do levantamento inicial, seguiu-se um processo de filtro das publicações, para manter apenas aquelas que tratavam de ações de universidades federais em prol do desenvolvimento regional. A primeira etapa deste processo foi a realização da leitura, durante o período de 3 meses do ano de 2021, de cada um dos resumos das 2.537 publicações. Concluída a leitura dos resumos, foram excluídas as publicações em que o único lugar onde constava o termo “universidade federal” era para indicar a filiação de um ou mais autores do texto como estudante, técnico ou docente.

O mesmo procedimento se deu em relação ao termo “desenvolvimento regional”, foram excluídas aquelas publicações em que desenvolvimento regional referia-se apenas ao programa de pós-graduação de um dos autores da publicação. Excluídos esses artigos não relacionados ao objetivo de pesquisa, a amostra caiu para 922 publicações.

Na sequência levantamento, foram analisadas aquelas publicações que apenas mencionam a expressão “universidade federal” e/ou “desenvolvimento regional” no texto, sem tratar do assunto da contribuição das universidades federais para o desenvolvimento regional. Excluídos esses resultados, a busca caiu para 137 publicações. Sobre essas publicações selecionadas foi realizada leitura da seção de introdução ou seção inicial, e seção de considerações finais. Após a leitura das referidas seções, constatou-se que 27 publicações poderiam tratar da temática de pesquisa.

Sobre os 27 resultados finais, foi realizada leitura integral das publicações, constatando-se então que apenas 6 publicações tratavam especificamente de ações de universidades federais para o desenvolvimento regional. Neste último filtro foram excluídos 21 artigos que versavam sobre ações de instituições públicas estaduais ou de instituições privadas para o desenvolvimento regional, visto que o objeto do estudo são as universidades federais e sua



contribuição para o desenvolvimento regional. Por fim, então, após a criteriosa análise descrita foram selecionadas 6 publicações.

A segunda parte da metodologia empregada no presente trabalho versa sobre a análise lexical. Esta que segundo Justo e Camargo (2014), parte dos significados identificados nos textos considerados, tendo como unidade de análise o vocabulário dos textos. Serão consideradas para análise a seção “Considerações Finais” das 6 publicações selecionadas.

A análise Lexical parte da ideia de que ao identificar um conjunto de palavras que caracteriza determinado objeto, pode-se identificar o sentido desse objeto para determinado grupo. Assim o propósito do método de análise lexical é de comparar os objetos em função das características de suas descrições sob a forma de combinações de palavras, o que ocorre com o auxílio de softwares de análises textuais, como Iramuteq (JUSTO; CAMARGO, 2014).

Este programa viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) (CAMARGO; JUSTO, 2013). As considerações finais das publicações selecionadas foram transformadas em um só corpus para realização da análise através do Iramuteq.

#### **4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

##### **4.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL MEDIADO PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

As publicações a serem tratadas nessa seção são dos seguintes autores: Barros, Bilessimo e D'avila (2017); Oliveira Jr (2014); Wanzinack e Signorelli (2014); Oliveira, Silva e Esteves (2017); Hoff, Martin e Sopena (2011); e Ferreira e Leopoldi (2013).

O primeiro artigo, de Barros, Bilessimo e D'Avila (2016), apresenta a contribuição da Universidade de Santa Catarina (UFSC) para o desenvolvimento regional por meio da inovação. Para os autores, a inovação e o conhecimento desempenham papel fundamental no cenário econômico, por serem considerados fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de um país.

Sob o prisma da inovação, o estudo de Barros, Bilessimo e D'Avila (2016), analisa a contribuição da UFSC através de sua produção científica e tecnológica, no período de 2011 a

2014. É realizado o levantamento da quantidade de patentes depositadas e a quantidade de artigos científicos publicados pela Universidade no período. Calculada a relação de artigos publicados por patentes depositadas no período, os autores constataram que somente no ano de 2014, a UFSC está com uma média de 177 publicações de artigo para cada registro de patente. Quantitativo que encontra-se acima da média nacional, que é de 86 artigos por registro de patentes.

Por fim, os autores verificam a relação entre a UFSC e as empresas de sua região, concluindo, por este aspecto, que a maior parte do relacionamento ocorre por meio de contratos e convênios devidamente formalizados. A produção científica e tecnológica da instituição, aliada à sua cooperação com as empresas, por meio de convênios e contratos acompanha a tendência de grandes instituições de ensino mundiais que incluem o empreendedorismo da academia e o desenvolvimento das regiões em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Oliveira Jr (2014, p. 2), busca discutir em seu trabalho, como as universidades, na condição de instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento, sob a égide da teoria dos polos de crescimento. Segundo o autor, as estatísticas comprovam que:

o modelo de desenvolvimento baseado no alcance de um nível de desempenho do ensino superior associado a altos investimentos em ciência e tecnologia contribuem para que os países, as regiões e os lugares tornem-se não apenas mais competitivos, mas com alto nível de qualidade de vida dado o elevado grau de desenvolvimento socioeconômico.

As Universidades são compreendidas como polo de crescimento, porque assim como induzem, também atraem “investimentos, pessoas, capital, que alocados na cidade permitem requalificar e dinamizar as economias locais”. Seja por meio da criação de novas atividades e investimentos, injeção de recursos financeiros ou consumos dos estudantes, a universidade demonstra-se como importante polo de desenvolvimento na região em que se instala (OLIVEIRA JR, 2014, p. 7).

O autor discorre em seu trabalho sobre algumas pesquisas já realizadas em que resta comprovado o papel da universidade como desencadeadora do desenvolvimento, iniciando pelo estudo de Goebel e Miura (2004), em que fica evidenciada a importância da universidade como geradora de emprego, renda e de recursos humanos qualificados no município de Toledo/PR. O autor segue pelo estudo desenvolvido por Mina, Ramos e Rezende (2011), que analisa os impactos econômicos dos gastos dos estudantes no município de Alfenas/MG após a criação de Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). De acordo com o estudo, os gastos mostraram-se

significativos com alimentação, lazer e saúde (OLIVEIRA JR, 2014).

Wanzinack e Signorelli (2014) analisam o papel da Universidade Federal do Paraná - UFPR Litoral e sua contribuição para o desenvolvimento regional, desde a sua concepção. De acordo com o projeto político-pedagógico da UFPR setor litoral, sua concepção não foi somente para oferecer cursos de graduação à população menos favorecida, mas para ser agente potencializador de desenvolvimento na região. O trabalho de Wanzinack e Signorelli (2014, p. 289) tem como objetivo descobrir como a UFPR Litoral contribui para a “busca de solução de problemas da população litorânea do Paraná na perspectiva de um desenvolvimento regional de caráter sustentável”.

Como primeira ação para o desenvolvimento regional, a UFPR Setor Litoral teve seu projeto político-pedagógico elaborado com foco voltado a uma formação para o desenvolvimento da região. Todos seus cursos de graduação possuem três eixos curriculares a saber: Projetos de Aprendizagem (PA); Fundamentos Teórico-Práticos (FTP); e Interações Culturais e Humanísticas (ICH). Estes três eixos tem o intuito de sensibilizar e articular a busca de soluções para os problemas regionais (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

Na concepção de seus cursos de graduação, a UFPR Litoral levou em consideração os arranjos produtivos locais existentes, considerando a contribuição de cada curso para o desenvolvimento regional. Por este motivo, foram concebidos os cursos de Gestão Ambiental e Tecnologia em Agroecologia, que valorizam aspectos ambientais e ecológicos, buscando desenvolver a região de maneira sustentável. Cursos da área da saúde e bem-estar como o Bacharelado em Saúde Coletiva e Tecnologia em Orientação Comunitária buscam melhorar os aspectos relacionados à promoção da saúde humana (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

Naturalmente a região litorânea possui tendência ao turismo, dessa forma, foram criados cursos como Gestão do Turismo, Gestão e Empreendedorismo, na busca de estratégias de desenvolvimento nessa área, para que as atividades turísticas sejam sustentáveis e frequentes em todas as épocas do ano. Os cursos licenciatura buscam qualificar as pessoas para atuação adequada e dinâmica no ensino básico. O curso de Informática e Cidadania busca incorporar a cidadania ao campo da informática. E por fim, o curso de Gestão Pública busca formar profissionais capazes de formular políticas públicas e realizar gestão do território voltadas ao desenvolvimento, com um olhar interdisciplinar (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

A UFPR Litoral em suas ações para o desenvolvimento, também contribui diretamente para a qualificação social, cultural e desportiva da região em que está inserida, já tendo construído um centro cultural, primeiro do município, que conta com teatro experimental,

academia de dança, e hall para exposições de artes. O espaço recebe diversos eventos no decorrer de cada ano, tais como: congressos, feiras, competições esportivas, encontros discentes, entre outros (WANZINACK; SIGNORELLI, 2014).

Tal qual Wanzinack e Signorelli (2014), Oliveira, Silva e Esteves (2017), também estudaram o desenvolvimento regional a partir da atuação da UFPR no litoral paranaense. Os autores discutem a contribuição da UFPR Litoral para o seu entorno, sob o viés de políticas públicas.

A primeira política pública apresentada, é o Projeto Cultimar, coordenado pelo Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais da UFPR, tem por objetivo prestar apoio e assessoria às comunidades litorâneas do município de Guaratuba/PR, para a geração de renda a partir da maricultura. O projeto também promove ações de educação ambiental, e capacitação técnica para “otimização da atividade quanto ao cultivo, manejo e beneficiamento e comercialização da produção” (CULTIMAR, 2015 *apud* OLIVEIRA; SILVA; ESTEVES, 2017, p. 263).

Oliveira, Silva e Esteves (2017) consideram uma importante iniciativa para o desenvolvimento, trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa em Biodiversidade e Educação do Litoral do Paraná (GEPEBELP), que em cooperação com outros institutos federais e estaduais tem atuado no resgate dos saberes etnobotânicos, na construção de protocolos de propagação das espécies nativas da mata atlântica do litoral paranaense.

De acordo com Oliveira, Silva e Esteves (2017, p. 266) o programa de extensão Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais, que visa otimizar políticas de apoio às micro e pequenas empresas, tem atuado como mobilizador “de desenvolvimento de micro e pequenos empresários, associações, instituições de fomento e órgãos públicos com vistas a otimizar e articular os empreendedores da região”, no intuito de contribuir para o mapeamento e organização da cadeia produtiva.

Hoff, Martin e Sopena (2011) apresentam os impactos quantitativos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em Sant’Ana do Livramento/RS para o desenvolvimento regional. O trabalho tem como objetivo principal identificar a ocorrência de mudanças econômicas objetivas na cidade, provocadas pela presença da UNIPAMPA. São verificados os resultados da instalação da UNIPAMPA com seus impactos sobre: o setor imobiliário; o setor gastronômico; o comércio de livros; o comércio de fotocópias; o pagamento por serviços prestados ao campus; análise agregadas das projeções feitas; e a massa salarial paga direta ou indiretamente e das bolsas de estudos distribuídas pela universidade ou por conveniados.

Dos impactos analisados com a implantação do campus na UNIPAMPA na cidade de Sant'ana do Livramento, o que se demonstra de maior representação é aquele voltado ao setor imobiliário. De acordo com a pesquisa, após a implantação do campus, ocorreu valorização dos imóveis existentes, ampliação de prédios em construção, surgimento de pensões e pousadas, e aumento do valor dos alugueis (HOFF, MARTIN E SOPEÑA, 2011).

Sobre o comércio de livros, as livrarias da cidade perceberam aumento do número de livros vendidos após a instalação da UNIPAMPA. Entretanto os empresários do ramo, na cidade, não classificam esse aumento como significativo. O setor de fotocópias, depois do setor imobiliário, é o que demonstra impacto mais significativo, por ter sido estruturado na cidade em decorrência da instalação do campus (HOFF, MARTIN; SOPEÑA, 2011).

Com relação à pagamento por serviços prestados, a UNIPAMPA, campus de Livramento insere anualmente na economia, aproximadamente R\$ 2.220.000,00. Na análise agregada das projeções, quando considerados gastos anuais com alugueis, refeições, compras de livros, fotocópias, e serviços demandados pelo campus, a UNIPAMPA é responsável direta ou indiretamente por uma injeção de quase R\$ 3.775.000,00 na região em que está inserida. Este valor quando somado a salários diretos e indiretos e as bolsas pagas por ano, ultrapassa a cifra de R\$ 6.000.000,00 por ano (HOFF, MARTIN; SOPEÑA, 2011).

Foi possível observar no trabalho dos autores que os impactos sobre o setor imobiliário e os serviços de fotocópias são os mais significativos em termos de volume de negócios. E a movimentação financeira total gerada de forma direta ou em decorrência da implantação do campus, representa 0,67% do Produto Interno Bruto (PIB) anual da cidade, expressando a contribuição da Universidade Federal por meio da geração de emprego e renda na região.

O sexto e último trabalho a tratar da contribuição da Universidade Federal para o desenvolvimento regional, de autoria de Ferreira e Leopoldi (2013), analisa os limites e possibilidades de contribuição do Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR) enquanto campus da Universidade Federal Fluminense (UFF).

De acordo com o resultado da pesquisa de Ferreira e Leopoldi (2013), a Agência de Inovação (AGIR) da UFF tem papel fundamental no processo de desenvolvimento regional, por ser o órgão responsável dentro da instituição por fazer a ponte da pesquisa aplicada desenvolvida pela UFF, com a comunidade externa, seja ela, setor produtivo, setor público, setor social ou comunidade específica. Dentro da estrutura da AGIR está a incubadora de empresas da UFF, denominada Initia. Como ferramenta de inovação e desenvolvimento da UFF a AGIR também conta em sua estrutura organizacional com o escritório de transferência de

tecnologia denominado ETCO, responsável pelo registro de patente dos pesquisadores.

O primeiro caso concreto apresentado por Ferreira e Leopoldi (2013), de contribuição do PUVR-UFF para o desenvolvimento regional é uma pesquisa em andamento no Instituto de Ciências Exatas (ICEEx), sobre análise de materiais. A pesquisa tem amplas possibilidades de se tornar um dispositivo de controle de processo em empresas de fabricação de chapas metálicas.

No Departamento de Agronegócios, está em andamento pesquisa em parceria com a Prefeitura de Volta Redonda/RJ, sobre o tratamento do lodo do esgoto. O material considerado poluente, é tratado e transformado em adubo para produção de espécies nativas. Na ECHS está em andamento um programa de inovação social, cujo objetivo é a estruturação de uma cooperativa de economia solidária na área de alimentação. Os membros da cooperativa e assistidos pelo programa são pessoas participantes de programas sociais do governo federal (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013).

Como contribuição no campo universidade-empresa-governo, ao estilo hélice tripla de desenvolvimento, o PUVR-UFF estabeleceu parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Volta Redonda, e o Grupo Umbria, capacitando agricultores familiares da região, na produção de matéria prima, a ser vendida para o Grupo Umbria, dentro dos padrões exigidos pela empresa. Neste caso, a ação ligou a cadeia produtiva, gerando retorno à comunidade local (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013).

O quadro 1 sintetiza, a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional, em cada um dos trabalhos descritos nesta seção.

**Quadro 1: Contribuição das Universidades Federais para o Desenvolvimento Regional**

N.	Autor(es)	Ano	Título	Contribuição
1	BARROS; BILESSIMO; D'AVILA	2017	Universidade e o Desenvolvimento Regional: O Caso da Universidade Federal de Santa Catarina	Inovação
				Pesquisa com transferência tecnológica
				Produção científica e tecnológica voltada ao mercado
				Postura empreendedora
2	OLIVEIRA JR	2014	A Universidade como Polo de Desenvolvimento Local/Regional	Universidade como polo de crescimento
				Encadeamentos produtivos a montante
				Encadeamentos produtivos a jusante
3	WANZINACK; SIGNORELLI	2014	Expansão do Ensino Superior Federal e Desenvolvimento Regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense	Concepção para o desenvolvimento
				PPP elaborado com foco voltado a formação e desenvolvimento da região
				Ensino: eixos específicos para busca de soluções de problemas regionais
				Cursos de graduação voltados à vocação da região
				Extensão: ações voltadas à comunidade

4	OLIVEIRA; SILVA; ESTEVES	2017	O Papel Social da Universidade e o Desenvolvimento Regional a partir da Análise da Atuação da UFPR no Litoral Paranaense	Pesquisa voltada ao estudo dos problemas regionais
				Programa de extensão de incubadora de projetos econômicos e sociais
5	HOFF; MARTIN; SOPEÑA	2011	Universidades e Desenvolvimento Regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant'ana do Livramento	Encadeamentos produtivos a montante: setor imobiliário, setor gastronômico, comércio de livros, comércio de fotocópias
6	FERREIRA; LEOPOLDI	2013	A Contribuição da Universidade Pública para a Inovação e o Desenvolvimento Regional: a percepção de gestores e pesquisadores	Formação de recursos humanos qualificados para a indústria local
				Inovação social: estruturação de cooperativa de economia solidária
				Pesquisa: análise de materiais; tratamento do lodo
				Extensão: capacitação de agricultores familiares, incentivando a cadeia produtiva local

Fonte: Dados da Pesquisa

É possível perceber, a partir das publicações selecionadas na revisão integrativa, o papel da universidade federal como vetora do desenvolvimento regional, com a visualização de casos práticos, em que a universidade ao se instalar e ao atuar, foi e é motor do desenvolvimento de determinada região. Este papel se torna mais nítido com a expansão da rede federal de ensino superior iniciada no ano de 2002. Para Tischer e Rocha (2019), nessa expansão as universidades federais são protagonistas, e já nascem com sua missão voltada ao desenvolvimento regional, visto que sua maioria (52,94%) encontra-se interiorizada.

Sob este prisma, este estudo demonstra a universidade como participante ativa em sistemas regionais de inovação, quando Barros, Biessimo e D'Avila (2017) apresentam as ações da Universidade Federal de Santa Catarina voltadas à inovação, à pesquisa aplicada com transferência de tecnologia, voltada ao mercado, e a postura empreendedora da universidade, ao se voltar a resolução de problemas de seu entorno criando e utilizando novas tecnologia. Postura inovadora e empreendedora esta também da UFPR Litoral, que fica clara nos trabalhos de Oliveira, Silva e Esteves (2017) e de Wanzinack e Signorelli (2014), ao voltar sua pesquisa para o estudo dos problemas regionais.

Também pode a universidade levar desenvolvimento à região, através de encadeamentos produtivos à montante, isto é, sua capacidade de atuar como polo de desenvolvimento em decorrência de sua instalação. A capacidade da universidade de alterar o panorama da economia local, com sua presença está apresentada nos trabalhos de Hoff, Martin e Sopeña (2011), ao discorrer sobre os encadeamentos produtivos movidos pela UNIPAMPA, e no trabalho de Oliveira Jr (2014), ao apontar a universidade como polo de desenvolvimento regional.





De acordo com os achados na subseção 4.1, a contribuição de universidades federais com ações em prol do desenvolvimento regional, giram em torno de ações, políticas ou programas de: inovação; pesquisa aplicada; pesquisa com transferência tecnológica; produção científica e tecnológica voltada ao mercado; encadeamentos produtivos a montante; encadeamentos produtivos a jusante; entre outros já expostos.

Ao analisar a nuvem de palavras, as 12 expressões que aparecem com maior frequência nas considerações finais das publicações são: universidade; desenvolvimento; pesquisa; região; educação; desafio; instituição; inovação; projeto; ação; estratégia; e conhecimento. Expressões estas que estão intimamente ligadas à contribuição das universidades para o desenvolvimento regional, visto que a pesquisa aplicada, inovação, propostas, projeto, estratégias, fazem parte das contribuições descobertas, que levaram o desenvolvimento à região na qual a universidade federal está inserida. Por todo exposto na seção, é perceptível a correlação direta entre o resultado da revisão sistemática e da nuvem de palavras extraída do software Iramuteq.

## **5. CONCLUSÕES**

Este estudo teve como objetivo compreender como as universidades públicas tem contribuído para o desenvolvimento regional, através da realização de uma revisão bibliográfica sistemática, do tipo integrativa, das publicações sobre as ações das universidades federais em prol do desenvolvimento, e da aplicação de análise lexical por meio do software Iramuteq.

A pesquisa discute como referencial teórico, a educação superior e as universidades públicas no contexto do desenvolvimento, abordando o papel da educação superior desde criação das primeiras universidades, até a sua função democrática e integradora da atualidade, passando pela expansão das universidades federais no período de 2002 a 2018.

Para Vieira (2017), a expansão do ensino superior federal ocorrida no período de 2002 a 2018, com a criação de novas universidades e novos campi universitários, ocasionou uma reorganização espacial, e teve repercussões importantes, entre as quais: transformação de municípios de pequeno e médio porte em polos de desenvolvimento; desconcentração do ensino superior público das capitais e do litoral; e a democratização do acesso ao ensino superior com redução de assimetrias interregionais, interestaduais e intrarregionais existentes no campo da educação terciária brasileira.

A análise e discussão dos resultados apresenta a ações das universidades federais em prol do desenvolvimento regional, captadas no levantamento realizado, denotando que estas

instituições promovem desenvolvimento por meio de variadas ações de encadeamentos produtivos para trás e para frente.

Ao final da análise e discussão de resultados, fica comprovado que as universidades federais são atores-chave de um projeto de desenvolvimento nacional, responsável por desconcentrar a produção de conhecimento e tecnologias, e fomentar atividades inovadoras em periferias nacionais (COELHO, 2017). Diante do contexto, foi apresentado em casos concretos, que as universidades são dotadas de capacidades que podem efetivamente dinamizar os contextos socioeconômicos nos quais estão inseridas, sobretudo por meio de: encadeamentos produtivos à montante, devido a sua instalação e funcionamento no local; e encadeamentos produtivos à jusante concebidos pelas suas atividades de ensino, pesquisa básica e aplicada, e extensão (VIEIRA, 2017).

Este artigo teve o condão de discutir e demonstrar, por meio de pesquisas já realizadas e aplicação do software Iramuteq, a contribuição das Universidades federais para o desenvolvimento regional, apresentando ações diretas das instituições na promoção do desenvolvimento dos lugares em que estão inseridas, comprovando que as instituições de ensino superior caracterizam-se como agentes capazes de contribuir diretamente para a correção de disparidades regionais, equilíbrio de renda das pessoas, com relação a outras regiões do país, criação e atração de novos empregos, e melhoria os indicadores sociais, promovendo de fato o desenvolvimento de suas regiões.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, A. F. F; BILESSIMO, S. M. S; D'AVILA, J. C. Universidade e o Desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Espacios, v. 38, n. 2, p. 17-28, 2017.

BORTOLANZA, J. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro - Uma Busca da Origem até a Atualidade. In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2017, Mar del Plata. Anais do XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata, Argentina, 2017.

BOTELHO, L. L. R; CUNHA, C. C. A; MACEDO, M. O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2. 2013, p. 513-518.

COÊLHO, V. L. P. A Política Regional do Governo Lula (2003-2010). In.: MONTEIRO NETO, A. CASTRO, C. N. BRANDÃO, C. A. (Orgs.) Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 65-95.

FERREIRA, A; LEOPOLDI, A. M. A Contribuição da Universidade Pública para a Inovação e o Desenvolvimento Regional. Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 60-82, Jan. 2013.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. Universidades Públicas - Mudanças, Tensões e Perspectivas. Mercado Letras: Campinas, 2016.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/>>. Acesso em 8 jun. 2021.

HIRSCH, J. Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Renavan, 2010.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e Desenvolvimento Regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2000. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 29 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Superior 2010. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 29 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 29 jul. 2021.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos Qualitativos e o Uso de Softwares para Análises Lexicais. In: Anais do X SIAT e II SERPRO. Caderno de Artigos. Duque de Caxias: Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy, 2014, p. 37-54.

LAHLOU, S. L'analyse Lexicale. Variances (3), 1994, p. 13-24.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão nº 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

LOPES, S. A. Desenvolvimento Regional: problemática, teoria, modelos. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. ADCONTAR, Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001. Disponível em <<http://www.gpa21.org.br/pdf/8Instrumentos.pdf>> Acesso em 4 mai. 2021.

MORAES, F. F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. *Perspectivas*, São Paulo, v.14. n° 3, jul./set. 2000.

OLIVEIRA JR, A. A Universidade como Polo de Desenvolvimento Local/Regional. *Caderno de Geografia*, v. 24, número especial 1, 2014.

OLIVEIRA, A. L; SILVA, L. E; ESTEVES, L. A. O papel Social da Universidade e o Desenvolvimento Regional a partir da Análise da Atuação da UFPR no Litoral Paranaense. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 41, p. 252-269, agosto 2017.

SAMPAIO, H. Evolução do Ensino Superior Brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SILVA, E. W. Extensão Universitária – Concepções e Práticas nas Universidades Gaúchas. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Jorge Antonio Santos. Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

TERRIEN, J; CARTAXO, H. A Universidade e o Desenvolvimento Regional: elementos para um debate. In: ANDRADE, A. C. (Org.). *A Universidade e o Desenvolvimento Regional*. Fortaleza: UFC, 1980. cap. 1, p. 17-22.

TISCHER, W.; ROCHA, I. S. Novas Universidades Federais para o Desenvolvimento Regional – Expansão do Ensino Superior Público e a Interiorização dos Campi. In: XXVIII ENANPUR, 2019, Natal. *Anais do XXVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Natal-RN: ENANPUR, 2019.

VIEIRA, D. J. Evolução do Ensino Superior Brasileiro em Período Recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In.: MONTEIRO NETO, A. CASTRO, C. N. BRANDÃO, C. A. (Orgs.) *Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 277-305.

WANZINACK, C; SIGNORELLI, M. C. Expansão do Ensino Superior Federal e Desenvolvimento Regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 286-307, mai. 2014.